

RESISTÊNCIA, DISCURSO E IDENTIDADE: EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR NO ACAMPAMENTO JOSÉ MARLA DO TOMÉ, CEARÁ, BRASIL

Sandra Maria Gadelha de Carvalho¹

Introdução

O campo brasileiro permanece tensionado pela luta dos trabalhadores rurais por terra, por condições dignas de vida, preservação dos recursos naturais, sementes nativas e políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa. São viabilidades ainda não plenamente realizadas, impossibilitadas pelo embate entre projetos políticos e econômicos contraditórios daqueles que hoje nele atuam.

Nesse cenário, de um lado o Estado brasileiro tem tido uma atuação determinante, contraditória, em geral, favorável à lógica de desenvolvimento fundada no agronegócio e na agricultura para exportação, e, de outro, os movimentos e sujeitos sociais defensores de um outro modelo, baseado na agricultura familiar e na agroecologia, articulam-se e resistem.

Neste trabalho, a partir de estudos de pós-doutorado da autora, apresentam-se reflexões sobre a configuração inovadora do Movimento 21, no enfrentamento à lógica do agronegócio, na Chapada do Apodi/

1 Professora do Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino (MAIE/FAFIDAM-FECLESC) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculada à linha de pesquisa Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do grupo de pesquisa: "Ecologia de saberes para promoção da equidade ambiental e em saúde no trabalho no contexto da expansão do agrohidronegócio nos territórios do Vale do Jaguaribe-CE".

Ceará e como, em sua atuação, os sujeitos participantes demonstram em seus discursos novas concepções de mundo e de si mesmos.

No primeiro momento, abordamos a construção histórica dessa disputa, evidenciando o avanço do modelo do agronegócio no Brasil e no Ceará, nas últimas duas décadas, com foco na microrregião do Baixo Vale do Jaguaribe, onde se materializa o desenvolvimento capitalista no campo, através do Projeto Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, e os conflitos e resistências decorrentes da lógica implementada, com a emergência da articulação político-acadêmica Movimento 21 (M21).

No segundo momento, analisamos as novas estratégias de resistência construídas no contexto da Chapada do Apodi, a partir de um conjunto de práticas educativas/formativas, muitas delas construídas através da educação popular que ocorre no programa de extensão universitária “Escola, educação do campo e organização da cultura: conhecimentos e vivências para a emancipação humana” (Universidade Estadual do Ceará - UECE/Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM) e na integração de sujeitos coletivos diversos que compõem o Movimento 21.

Contradições, conflitos e resistência no campo brasileiro

Desde a década de 1970, a ampliação de fronteiras agrícolas - sob a égide da “modernização conservadora” estimulada e financiada pelos governos militares - tem fortalecido uma produção intensiva, ocupando verdadeiros latifúndios destinados ao plantio, não raro, de um só produto, com ampla utilização de mecanização, de insumos e agrotóxicos, tendo a exportação como foco. Características que configuram o campo do agronegócio.

Na década de 1990, há uma reinvestida do capital nas zonas rurais, que se revela através de empreendimentos apoiados pelo Programa Brasil em Ação do Governo Federal (1996 - 1999), ou seja, durante mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, que estimulou o pacto empresa-Estado, financiando obras de infraestrutura de apoio e expansão ao agronegócio no Centro-Oeste, como a

hidrovia Araguaia-Tocantins, e instaurando um modelo de cooperação público-privado que se desdobra em vários estados da Federação.

Segundo Lima, Vasconcelos e Freitas (2011), no Nordeste brasileiro, pela mesma via Estado-empresa, foram instalados 38 perímetros irrigados, pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Dos quais, 14 no Ceará, e, destes, 7 na bacia do rio Jaguaribe², entre eles o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, em 1997, que envolve os municípios de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Quixeré.

Por outro lado, com financiamento do Banco Mundial, “as reformas agrárias conduzidas pelo mercado”, implementadas na década referida, em vários países e no Brasil, tiveram como laboratório o Estado do Ceará, estendendo-se em seguida ao Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, através do Programa Cédula da Terra (PCT), fortalecido “pela pressão dos setores ligados às grandes propriedades para formulação de mecanismos de obtenção de recursos fundiários com base na negociação e compra, em detrimento de desapropriação” (MEDEIROS, 2003, p. 58). O PCT foi extinto em 2003 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sob forte pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Via Campesina e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

As pesquisas “Avaliação Estadual do Programa Cédula da Terra” (2001) e “Educação e as Políticas Compensatórias no Espaço Rural: o Cédula da Terra e o INCRA no Ceará” (2002-2003), financiados, respectivamente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e coordenado pelo Prof. PhD Ribamar Furtado e a Prof^a PhD Eliane Dayse Pontes Furtado, cuja equipe de pesquisadores integrei, permitiram constatar que a efe-

2 Esclarecem Lima, Vasconcelos e Freitas (2011) que a bacia do rio Jaguaribe fica a leste do Estado do Ceará e que a microrregião do Baixo Jaguaribe onde se localiza o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, segundo classificação do IBGE (1998), é formada pelos municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

tivação do Programa esbarrava em dois pontos cruciais. Primeiro, o objetivo de transformar os agricultores familiares em gerentes de uma unidade produtiva, com excedentes para o mercado, a ponto de lhes permitir saldar a dívida da compra da terra, sem que, no entanto, para isso contassem com assistência técnica e políticas públicas de apoio à comercialização. Em segundo, um ponto desconsiderado, mas que se mostrou essencial para os objetivos do Programa: o nível de escolaridade dos agricultores para se tornarem os proprietários bem-sucedidos que o PCT almejava. Pude constatar o quão as ações governamentais podem distanciar-se e até se contrapor aos anseios dos sujeitos a quem, aparentemente, beneficiariam.

Na primeira década do século XXI, os dados do Censo Agropecuário – 2006 (IBGE, 2009), mostram-nos parte das consequências da investida capitalista, com patrocínio estatal, no apoio a grandes empresas do agronegócio, ocupando cada vez mais o campo brasileiro.

O Índice de Gini revela a distribuição da terra na estrutura agrária de um país, e, quanto mais próximo de 1, indica maior concentração. No Brasil, o referido Censo (IBGE, 2009) mostrou um Gini de 0,872, superior aos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856). Tais dados permitem constatar um aumento de concentração de terras na última década: a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentra mais de 43% da área total e aqueles com 10 hectares para menos ocupam 2,7% da área total.

Nos dois governos Lula (2003-2006, 2007-2010), nos quais os movimentos sociais depositaram confiança política na efetivação da reforma agrária, embora se registre maior repasse financeiro para a estruturação produtiva dos assentamentos, não se logrou alteração profunda da questão agrária e agrícola do país.

O Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino, do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), pondera que em suas pesquisas constatou o assentamento de apenas 154 mil famílias, durante oito anos do Governo Lula. Fato que o leva a concluir por uma “contra-reforma”, ocasionando uma concentração de terra pelo Agronegócio (AGGEGE, 2011).

A situação não se altera, significativamente, no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Alerta Luiz Bernardo Pericás (2016) que, em função do pleito para presidente em 2014 e da possibilidade de reeleição da presidenta Dilma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra divulgou carta a todos os candidatos com a pauta para a questão agrária, advinda das deliberações do seu VI Congresso, ocorrido em fevereiro de 2015. Nessa, propõe as demandas de uma política de reforma agrária popular, com cumprimento das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a atualização imediata dos índices de produtividade, a demarcação das terras de quilombolas e indígenas, a garantia de compra dos alimentos da agricultura familiar e a “criação de escolas em todos os assentamentos e acampamentos, bem como, a defesa, a universalização, a ampliação de recursos e a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), entre outras medidas” (PERICÁS, 2016).

Todavia, após reeleita, a Presidenta Dilma Rousseff (2014 - agosto de 2016), indicou a senadora Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, fato demonstrativo de “um indício claro da alternativa escolhida pela presidenta, que naquele momento não priorizou os setores populares e deu sinais favoráveis aos interesses de latifundiários, instituições bancárias, empreiteiros e grupos empresariais” (PERICÁS, 2016, p. 101). No entanto, Pericás pondera que, mesmo em face “de todos os indicadores desfavoráveis, a presença de Dilma Rousseff significava possibilidade de diálogo e negociação com os movimentos sociais” (IDEM, p.102). Em relação ao governo do usurpador Michel Temer e seu grupo de apoio, o referido autor assevera: “Não há espaço para negociações, e a política do porrete contra os trabalhadores do campo tende a se tornar corriqueira. Os projetos dos ruralistas são claros. Eles não permitirão que ninguém impeça suas investidas no agronegócio brasileiro” (IDEM).

São projetos de “desenvolvimento” opostos, e o acirramento das contradições levam a um aumento dos conflitos no campo. Dados da Comissão Pastoral da Terra (2015) demonstram que a violência aumenta sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Inúmeros trabalhadores foram feridos pela polícia e/ou por grupos paramilitares, sendo

“49 assassinados (maior número de homicídios no campo desde 2004). O estado de Rondônia, encabeçou esse tipo de ocorrência, seguido por Pará e Maranhão” (IDEM).

Para Leher (2011), são ações internas com vínculos profundos com o capital internacional, o qual, para reagir à crise atual, investe na ampliação da expropriação e hiperexploração da força de trabalho e recursos naturais, sendo recorrente a narrativa desenvolvimentista das grandes corporações dos setores mineral, do agronegócio e da exportação de *commodities* em geral.

Löwy (2010) e Melo (2010) corroboram que, frente ao modelo excludente e destrutivo, resta aos oprimidos, marginalizados e explorados do sistema capitalista, através dos novos sujeitos históricos, a construção de outra sociabilidade, que supere as contradições da relação capital-trabalho, ao mesmo tempo sintonizada com uma relação de respeito à natureza e proteção do planeta. A essa concepção de práxis, denominam de ecossocialismo.

Lima, Vasconcelos e Freitas (2011) evidenciam as especificidades da exploração e expropriação das quais são vítimas os pequenos produtores rurais da região do Baixo Vale Jaguaribe, no entorno do perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, situado na Chapada do Apodi, em confronto com as agroindústrias de produção de fruticultura para exportação ali instaladas desde o ano de 1997. O acirramento das questões focalizadas, principalmente, quando os agricultores se contrapõem ao modelo de produção com uso massivo de agrotóxicos através de pulverização aérea, que os expulsa de suas terras, tornando-os subalternos e convertendo-os em força de trabalho assalariada, eclodiu no assassinato brutal, com vinte e cinco tiros, do líder comunitário e ambientalista José Maria do Tomé, no município de Limoeiro do Norte, em 21 de abril de 2010.

Figura 1 - Chapada do Apodi no Baixo Jaguaribe (Municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré) na fronteira entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte



Fonte: IPECE (1988); INPE (2005); organizado por Freitas (2010).

O fato ganhou projeção nacional, divulgado nas reportagens “O Sol da Terra” e “O polígono da exclusão”, na revista Carta Capital de 25/08/2010 e 08/09/2010, respectivamente. Mais recentemente, a problemática do uso intensivo de agrotóxicos na área e suas consequências foi abordada na reportagem de Roberto Cabrine, “O doce veneno nos campos do Senhor”, apresentada no programa televisivo Conexão Repórter, da Rede SBT, em 18/06/2014. De alcance internacional, a matéria sobre o mercado brasileiro de agrotóxicos proibidos, da Agência Reuters, publicada em 02 de abril de 2015, foca a problemática tomando como base a realidade da Chapada, em Limoeiro do Norte, para onde foi enviado o correspondente Paulo Prada³.

3 Ambas as reportagens podem ser conferidas, respectivamente, em <https://www.>

Tais denúncias refletem ações de reação após um primeiro momento de choque e retração das comunidades, devido à violência sofrida pelo assassinato de José Maria do Tomé. A conjugação de forças criou o Movimento 21 (M21), que comporta vários movimentos que atuam no Baixo Vale Jaguaribe, tais como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), contando com o apoio da Cáritas Diocesana, da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e dos grupos acadêmicos, envolvendo professores e alunos da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Grupo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS).

O Grupo TRAMAS, coordenado pela Professora Dra. Raquel Rigotto, do Curso de Medicina da UFC, realizou, na área da Chapada, a pesquisa “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos” (2006-2010), desencadeada a partir do vertiginoso aumento de intoxicações por pesticidas registrado na Secretaria Estadual de Saúde - Edital MCT - CNPq / MS - SCTIE / CT - Saúde - nº 24/2006. O grupo envolveu vários pesquisadores que organizaram seminários com a população da Chapada, movimentos sociais, sindicatos, entre outros, fomentando uma reflexão e aprofundamento sobre a problemática, expostos em obra organizada por Rigotto (2011).

Pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), temos o envolvimento da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), através do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), situado no campus da UECE, em Limoeiro do Norte. O LECAMPO, coordenado pela Professora. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, volta-se para pesquisas e ações que fortaleçam a educação no campo, de jovens e adultos (EJA) e movimentos sociais rurais. Ligado ao Curso de Pedagogia da FAFIDAM, o LECAMPO envolve a participação de professores com formação

youtube.com /results?search_query=o+doce+veneno+nos+campos+do+senhor (acesso em 03/10/2016) e www.tramas.ufc.br/?tag=chapada-do-apodi (acesso em 05/10/2015).

em Ciências Sociais, História, Economia, Agronomia, Geografia, Pedagogia e bolsistas universitários de programas de iniciação científica (PIBIC-CNPq, FUNCAP-IC e IC- UECE).

Ao coordenar a pesquisa “Uma análise político-pedagógica do PRONERA e suas inter-relações com o Desenvolvimento Socioeconômico do Vale do Jaguaribe” (2008-2011), financiada pelo Edital nº 003/2008 da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP), foi possível interagir com vários sujeitos participantes da pesquisa e militantes dos Movimentos Sociais que atuam na Chapada, notadamente o MST. Além de projetos de pesquisa, tem abrigado, desde 2014, o Programa de Extensão Universitária “Escola, educação do campo e organização da cultura”, que envolve os cursos de Pedagogia, História e Geografia, com o objetivo de fortalecer a organização social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Acampamento José Maria do Tomé.

O Movimento 21 objetiva que sejam identificados e punidos os assassinos de Zé Maria do Tomé, mas se propõe principalmente a denunciar e se contrapor à lógica de mercado intrínseca ao modelo agrícola que se estabeleceu na Chapada do Apodi, envolvendo o Perímetro Irrigado e regiões adjacentes. Ao longo dos seis anos de existência, muitas são as ações coletivas que aos poucos imprimem uma dinâmica de luta, de organização, de estudos e de intervenções políticas na região.

No conjunto destas ações, as práticas pedagógicas e metodologias empregadas têm sido instrumentos de fortalecimento da identidade do M21? Em considerando a composição do M21, com participação de grupos acadêmicos, instituições religiosas, rede de advogados populares, movimentos sociais e sindicatos, qual o elo de sua aproximação, quais papéis desempenham na construção de um necessário diálogo entre atores com lógicas e atuações tão distintas? Tem o M 21 fortalecido processos de territorialização na Chapada?

Pedagogias e ações do M21: articulações de saberes para a resistência

No contexto de luta de classes, a relação entre opressor e oprimido produz educações as quais se voltam aos interesses de um ou de

outro (FREIRE, 1987). Frente às pedagogias opressoras do agronegócio e seus representantes no aparelho de Estado, no âmbito federal, estadual e municipal, emergem pedagogias dos oprimidos, dos “atingidos” socialmente, sintonizadas com as premissas da educação do campo (CARVALHO, 2006).

As pedagogias das classes hegemônicas juntas ao Estado são orientadas por seus próprios interesses. É assim que o poder político local do município de Limoeiro do Norte, prefeito e a maioria da bancada de vereadores aliados, realizam articulação política com empresários do agronegócio e derrotaram a lei antipulverização aérea de agrotóxicos, seis meses após o assassinato de Zé Maria.

As lutas e os movimentos sociais enquanto práxis têm forte conteúdo educativo, uma vez que levam os seres sociais a se sentirem sujeitos históricos de superação da realidade alienante. Constitui-se uma das mais vibrantes conquistas educacionais, a ocasião em que os oprimidos se apropriam do fazer história. É inerente aos movimentos sociais a formação (educação) para uma consciência de recusa à condição de objeto das classes hegemônicas.

Dentre os saberes e aprendizados produzidos no seio dos movimentos sociais populares, é perceptível o desvelamento das relações de poder na sociedade, o funcionamento do aparato estatal, a elaboração de políticas voltadas a seus interesses que transformam e têm contribuído para democratizar a sociedade (GHON, 2011). São saberes não formais, que complementam ou substituem os saberes inúteis aos processos de transformação social.

Foi assim: na grande audiência pública da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte para discutir a pulverização aérea vinte dias após o assassinato do Zé Maria, realizada no maior auditório da cidade, na FAFIDAM/UECE; nas manifestações na Chapada, após seis meses da morte do ambientalista, sem a Justiça encaminhar nada do inquirido; nas greves dos trabalhadores das empresas multinacionais em 2008 e 2012, quando se tornaram públicas as condições de trabalho desumanas na manipulação dos agrotóxicos. Nesses três casos, a definição dos distintos projetos em disputa ficou bem evidente e, por isso, todas essas experiências têm forte teor formativo e identitário.

A articulação política M21, dada suas características de rede, em que “cada elo desempenha um papel específico e complementar”, produz práticas relacionadas à reunião de diferentes sujeitos sociais, a produção científica interdisciplinar, a metodologia multifacetada, a socialização de pesquisas, a mobilização política dos sujeitos ‘atingidos’ pelo agro (tóxico) negócio. Gohn (1997, p. 239) observa que “os movimentos locais que trabalham com demandas globais como as reivindicações culturais dos indígenas, as ecológicas, pela paz, direitos humanos etc. se fortaleceram”.

Desde o assassinato de José Maria do Tomé, a indignação de todos os sujeitos coletivos da região, mencionados anteriormente, já se irmanava com as comunidades da Chapada na denúncia do adoecimento pelo uso abusivo de agrotóxicos (RIGOTTO, 2011); contra a exploração dos trabalhadores nas agroindústrias (que requer respeito à legislação trabalhista); na organização pela conquista da terra, e contra a expropriação.

Esse conjunto tomou a decisão do engajamento na promoção de atividades públicas nos dias 21 de cada mês, como forma de pressionar os poderes públicos, a fim de se identificar e penalizar os criminosos, bem como dar prosseguimento a essas lutas. Além disso, a cada ano, no dia 21 de abril, o M21 promove a Semana José Maria do Tomé, com a Marcha dos Mártires, organizada pela Cáritas Diocesana. Para essa, concorrem organizações, sindicatos, movimentos, acadêmicos, alunos universitários e participantes do estado do Ceará e do Rio Grande do Norte. Durante a Semana, realizam-se debates, seminários e reuniões com as comunidades e demais atores do M21, quando se planeja a pauta de lutas e encaminhamentos do ano.

As reuniões da articulação política M21 são, em si mesmas, momentos autoformativos. A construção de um diálogo entre organizações e movimentos com trajetórias e objetivos diferenciados requer de todos e todas, no sentido proposto por Freire, “uma escuta amorosa”, ou seja, em que realmente estejamos dispostos a ouvir o outro, suas razões e lógicas, construindo um diálogo sincero.

A educação se manifesta na simples práxis de reunir, dialogar e discutir coletivamente problemáticas acadêmicas e políticas, rompen-

do as barreiras da perspectiva positivista de “cada coisa no seu lugar”. Isso também impõe desafios e contradições, também educativos.

A manutenção do diálogo, no sentido de uma transformação social, pressupõe ter claro o modelo de Estado e de sociedade que se quer construir. Nesse tocante, os participantes da articulação M21 declaram-se com o objetivo de construir uma sociedade justa, igualitária e ecologicamente sustentável.

Nessa perspectiva, o grupo avaliou a importância de informar a sociedade acerca das consequências negativas do uso do agrotóxico, dando prosseguimento aos pronunciamentos públicos de José Maria, antes de seu assassinato, e cobrando dos poderes públicos decisões de preservação do ambiente e saúde das comunidades envolvidas.

Para tanto, foram efetivadas marchas na Chapada, em Limoeiro do Norte, nos municípios vizinhos, por ocasião do Grito dos Excluídos, organizado pela Igreja Católica. Movimentos Sociais e Sindicais, a cada dia sete de setembro, dia em que se comemora a independência política do Brasil. Nesse dia mesmo dia, também são promovidas por outras entidades, em Fortaleza, capital do estado, portando faixas, distribuindo boletins sobre a problemática.

À medida que os resultados da pesquisa coordenada pela professora Raquel Rigotto, anteriormente mencionada, denotaram o envenenamento da água distribuída pelo serviço de abastecimento para a comunidade do Tomé, a gravidade da situação ampliou-se e, ainda durante a pesquisa, foram realizados seminários, audiências públicas com a presença de representantes dos poderes Legislativo e Executivo, construídas por vários atores como o Ministério Público Estadual, a Diocese e a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, a FAFIDAM/UECE, a TRAMAS/UFC, a Central Sindical CSP CONLUTAS e alguns militantes e simpatizantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), dentre outros.

No bojo dessas ações, a temática da (in)sustentabilidade ambiental passa a ser amplificada e dessa práxis, que envolve estudos e ações políticas, os aprendizados se produzem para todos. Entre eles, aos poucos, a desmitificação do propagado progresso que as agroindús-

trias trariam, como elucidada uma das moradoras⁴ do Tomé, participante da associação São João, ao se referir a carga horária de trabalho dos pais nessas empresas:

Esse modelo de desenvolvimento não desenvolve, pois como uma comunidade pode se desenvolver com o pai separado dos filhos a maioria do tempo, onde uma criança vê o pai e a mãe no domingo, quando os pais saem à criança está dormindo e quando chegam também, então, não existe convivência na família, não existe lógica de desenvolvimento nesse modelo de produção.

Fruto desses aprendizados conjuntos se deu com a publicação de artigos, a apresentação de trabalhos em congressos científicos nacionais e internacionais, o lançamento do livro organizado por Rigotto (2011), os boletins e o almanaque sobre a problemática, distribuído nas escolas com os resultados das pesquisas em linguagem acessível à população. Paralelamente, várias reportagens na imprensa escrita e falada do estado do Ceará, somadas às demais iniciativas, conferem dimensão internacional à problemática. Assim, fortalece-se a luta da comunidade e se pressionam os poderes públicos quanto às políticas de saúde, de trabalho, de educação e de penalização dos que assassinaram José Maria.

Concomitantemente, o campo acadêmico também se alarga, incorporando demandas da realidade e realizando em diálogo com elas. Quanto aos grupos das universidades, os objetivos ultrapassam a explicação da realidade, pois tencionam contribuir para sua transformação e participam de muitas das ações planejadas. O conjunto de desafios enfrentados levou à formação do Grupo de Pesquisa M21 (GPM21)⁵. Nesse caso, os conteúdos do mundo real passam a ser debatidos na escola de ensino fundamental do Tomé, através de projetos pedagógicos que selecionam conteúdos curriculares sobre meio ambiente, água e alimentos saudáveis, com apresentação em praça pública pelas crianças na manifestação de um ano de falecimento de José Maria.

4 Por motivos éticos, garantimos o sigilo quanto ao nome dos entrevistados.

5 Sob a coordenação geral da Prof^a. Dr^a. Raquel Rigotto, foi cadastrado em 2013 no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, Plataforma Carlos Chagas, com o título: “Ecologia de saberes para promoção da equidade ambiental e em saúde no trabalho no contexto da expansão do agrohidronegócio, nos territórios do Vale do Jaguaribe-CE”.

A prática de produzir ciência crítica e uma extensão universitária popular, deliberadamente associada às questões políticas que afetam à população pobre em confronto com o modelo neodesenvolvimentista do agronegócio e o pragmatismo científico da ciência-mercadoria empenhada na satisfação do mercado, tem uma dimensão educativa transcendental.

Quanto ao ensino superior, na FAFIDAM/UECE, projetos de monografia dos estudantes para conclusão da graduação passam a focar a temática e bolsistas de iniciação científica participam de pesquisas de seus professores. No âmbito do LECAMPO, nos projetos de extensão de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a elaboração do livro didático “Mais um passo na educação do campo” (CARVALHO; BRITO, 2010), destinado ao ensino fundamental de quinto ao nono ano para jovens e adultos, contou com professores de diversas áreas dessa faculdade. Ao apresentar conteúdos relacionados à problemática agrária, socioeconômica e ambiental de forma interdisciplinar, traz também reportagem jornalística sobre os problemas da Chapada e a morte do líder comunitário, estimulando o debate e divulgando essas questões, posto que, nas vinte turmas desse projeto de EJA, aglutinavam-se educandos de várias regiões do estado ligados ao MST. As investigações e projetos de extensão enriquecem as temáticas em sala de aula, em encontros e seminários da Faculdade, a exemplo, do seminário “A reafirmação dos territórios de resistência no Vale do Jaguaribe”, ocorrido em 04 de agosto de 2012, na FAFIDAM, promovido pelo Movimento 21.

A identidade com as lutas da Chapada faz com que algumas conquistas reafirmem a presença de seus ideais personificados no nome do líder ambientalista cruelmente assassinado. A turma do Curso de Licenciatura da Educação do Campo, projeto desenvolvido no âmbito do LECAMPO (FAFIDAM-UECE) foi autodenominada pelo conjunto dos estudantes como Turma José Maria do Tomé. Com o mesmo sentido, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiental (CERESTA – Regional Rural), conquistado pelos movimentos sociais e sindicais da região junto à Secretaria de Saúde

Estadual, para a cidade de Limoeiro do Norte, no ano de 2011, tendo como forte argumentação o adocimento crescente dos trabalhadores na Chapada, será denominado José Maria do Tomé.

Aos poucos se constitui um grupo de pesquisadores de várias áreas, construindo novas veredas investigativas, como indica Breilh, a partir de categorias gramscianas, citado por Rigotto (2011, p.47):

“[...] somente quando o movimento organizado do povo é perpassado pelo pensamento crítico, somente quando o pensamento crítico se torna povo, ou seja, quando há essa aproximação dos dois extremos da corrente dialética, o das organizações sociais e dos núcleos acadêmicos e especializados é que se constrói uma hegemonia de sinal contrário, uma contra-hegemonia[...]”.

Pensar o papel dos intelectuais ativistas nesse percurso aponta exatamente para a construção de uma contra-hegemonia, nesse sentido, sem dúvida, o saber científico que detém a chancela social da busca da verdade confere o reconhecimento da importância das denúncias elaboradas pelos movimentos sociais e moradores da Chapada, fortalecendo o polo oposto ao agronegócio, à medida que as pesquisas desmitificam o progresso “inodoro”, o desenvolvimento para todos e todas, evidenciando o quão destruidor tem sido para as comunidades e meio ambiente. Ou seja, desvela-se a insustentabilidade deste modelo. Surgem novos parâmetros de conhecimento científico:

As reflexões ontológicas e epistemológicas sobre tais processos de construção coletiva do conhecimento e teorização empurram para a necessidade de desenvolvermos práticas epistemológicas (em oposição à fórmula cientificista), na qual o papel do acadêmico é desestabilizado e pode levar (dependente dos processos de que o pesquisador ou pesquisadora é parte) a uma variedade de práticas e formações de pesquisadores(as) dos movimentos sociais que investigam as formas de políticas emancipatórias (MOTTA, 2011, p.181).

Os docentes envolvidos com a articulação M21 e com os Projetos de Extensão, com princípios da educação popular, incorporam através de práxis educativa multifacetada a função intelectual apontada em Marx (2013) na oitava e décima primeira Teses sobre Feuerbach:

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na

práxis humana e no compreender desta práxis; Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém é transformá-lo.

As universidades, através dos seus grupos de pesquisa, têm tido muitos aprendizados na articulação Movimento 21. Elas estão aprendendo, na práxis, o quanto a produção do conhecimento científico é um campo de disputa e que, não sendo a ciência neutra, há muito de político na decisão do que, para que e para quem pesquisar. As universidades aprendem ainda que sua ação reforça modelos de desenvolvimento que podem atender preferencialmente aos interesses do mercado ou da sociedade.

Paralelamente, os participantes dos movimentos sociais também denotam seus aprendizados e seus discursos evidenciam apropriações e críticas à ideologia veiculada pela pedagogia do opressor, como expõem nos seguintes depoimentos:

Antes dessa ocupação, eu estava totalmente alienado sobre o que a gente deve fazer. Só fazer o que os outros mandam. A gente deve quebrar essa cultura de ser extorquido. Eles estão fazendo com a gente o que querem... E a gente não estava organizado. Foi importante essa ocupação para a gente se unir e lutar contra o sistema que a gente sustenta” (Jovem masculino, 18 anos).

Comecei a trabalhar com 6 anos de idade com minha mãe pra não morrer de fome. Eu tinha 6 anos, mas eu me lembro, disseram que essa segunda etapa (refere-se a área ocupada), vinha para o ano seguinte e já são vinte anos! A gente vê os empresários tomando de conta dessas terras. O DNOCS querendo... é só a vontade deles!” (Agricultor, 32 anos).

Ao referirem-se a uma outra visão de mundo, em que alguns são “extorquidos” e não o percebem, dada uma situação de alienação, e passam a compreender as relações de opressão, expõem-se também um processo de constituição de uma nova identidade, de uma classe que deve se unir e lutar, identificando seus opositores. Processo constituído em vários momentos educativos da própria luta e nos projetos de pesquisa e extensão promovidos pelas universidades.

Quanto ao significado identificacional, podemos dizer que constitui o aspecto discursivo de identidades, pois relacionam-se com a

identificação de atores sociais em textos e com a forma como os textos adotam posições constituídas e articuladas intersubjetivamente (FAIRCLOUGH, 2003).

Na fronteira dos saberes populares e científicos, pela práxis política e educacional, no conjunto das lutas, as ações discursivas revelam identidades que se ressignificam e apontam novos horizontes.

Conclusões

Ao dialogar com práticas e saberes políticos populares e religiosos, a universidade contribui para aproximar as ciências da experiência vivida. Nesse processo, há um afastamento da perspectiva cientificista, na qual concebe a ciência como único lócus da verdade. A interação com sujeitos coletivos de diferentes campos produz práxis integradas científico-político-culturais.

Os pesquisadores do TRAMAS/UFC e da FAFIDAM/UECE de diferentes áreas do conhecimento (geografia, medicina, sociologia, enfermagem, pedagogia, filosofia etc.) aprendem a atravessar as fronteiras impostas pelo positivismo hegemônico da academia.

Há um grande aprendizado político de docentes e discentes da universidade na relação direta com os movimentos sociais – MST, Cáritas e Sindicatos –, seus rituais de organização e suas estratégias de luta.

Grande dimensão de práxis educativa é encontrada também na participação da Igreja Católica local, a qual anima a mobilização e contribui para a formação de um “senso de justiça” para com a causa da articulação M21, à medida que, na pastoral social, nos sermões, nas missas e em outras atividades eclesiais, padres referenciados na Teologia da Libertação defendem a importância da luta, a seriedade das informações científicas, participam e mobilizam para os eventos do Movimento.

Integrantes da Teologia da Libertação vivenciam práticas transformadoras através do paciente trabalho pedagógico de encorajamento dos membros da comunidade do Tomé após a instalação da pedagogia do medo imposta pelo opressor. Demonstram capacidade de

ouvir na apreensão da realidade. A paciente prática de intervenção no processo de conscientização imprime muito respeito ao trabalho dos sujeitos coletivos.

Os movimentos político-sociais, dentre eles a articulação M21, através de uma agenda emancipatória, têm contribuído para a crítica da ideologia desenvolvimentista do crescimento econômico a partir das denúncias do modelo desigual de sociedade e anúncios de alternativas de sociabilidade que sejam democráticas e respeitem os recursos naturais. Trata-se de um ideário ecológico e socialista:

Ecosocialismo implica uma ruptura radical com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não somente uma nova sociedade e um novo modo de produção, mais também um novo paradigma de civilização (LÖWY, 2011, p. 101).

Ao instalar o dissenso, a ação dos sujeitos coletivos da articulação M21 mexe no jogo das forças políticas, altera a conformação do Estado e amplia a democracia.

Referências

- AGGEGE, R. Extrema-Unção: Reforma Agrária. *Carta Capital*. São Paulo, ano XVI, nº 657. 3 de agosto de 2011.
- CARVALHO, S. *Educação do Campo: Pronera, uma política pública em construção*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.
- CARVALHO, S.; BRITO, L. (Orgs). *Mais um passo na educação do campo*. Fortaleza: Eduece, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 16ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, B. *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -

Universidade Estadual do Ceará- UECE, Fortaleza, 2010.

GOHN, M. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Educação não-formal e cultura política: Impactos sobre o associativo do terceiro setor (2ª ed.)*. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/presidencial/.../noticia.htm>>* Acesso em: 30 set. de 2009.

LEHER, R. Crise Capitalista, Neodesenvolvimentismo e Problemática Ambiental. In: MENEZES, A. et al. *Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista*. - Fortaleza: Edições UFC, 2011.412 p.

LIMA, L; VASCONCELOS, T; FREITAS, B. *Os Novos Espaços seletivos no Campo*. Fortaleza: Ed. UECE, 2011. 254 p.

LOWY, M. A alternativa Ecosocialista. In: MELO, J. *Direito Ambiental, Luta Social e Ecosocialismo*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

_____. *Écosocialisme: l'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et Une Nuits, 2011.

MARX, K. *As teses sobre Feuerbach*. Acedido em 10 de dezembro de 2013. Disponível em www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm, 2013.

MEDEIROS, L. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

MELO, J. *Direito Ambiental, Luta Social e Ecosocialismo*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

MOTTA, S. Notes towards prefigurative epistemologies. In: Motta, Sara Catherine e Nilsen, Alf Gunvald (Org.) *Social Movements in the Global South: dispossession, development and resistance*. London: Palgrave Macmillan press, 2011.

RIGOTTO, R. (org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Edições UFC/Expressão Popular, 2011.